

Sarney estuda reforma

29 SET 1984

O presidente José Sarney já começou as negociações para mudar o seu Ministério, processo no qual recebeu ontem a ajuda do ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, que decidiu anunciar a colocação do seu cargo "à disposição" do chefe do governo, para ampliar sua margem de manobra política.

Em conversa com o governador Alvaro Dias, do Paraná, pelo telefone, à tarde, Sarney confirmou sua intenção de consultar os governadores antes de realizar as escolhas — segundo apurou o repórter Eduardo Sganzerla, de Curitiba.

Hoje, de fato, o presidente inaugura essas consultas formalmente, ao receber no Palácio do Planalto os governadores Orestes Quércia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais. Ambos, juntos com Wellington Moreira Fran-



José Hugo Castelo Branco

co, do Rio, que irá depois, constituem a principal base de sustentação política do governo atualmente.

Através de seu porta-voz, ontem, Sarney fez questão de esclarecer que não pretende delegar "a ninguém"

o comando dessa articulação política, cujo objetivo final é a montagem de uma maioria parlamentar na Constituinte, sob a direta orientação presidencial.

O ministro José Hugo Castelo Branco tentou uma manobra, ontem à tarde, com a intenção de auxiliar o presidente: foi ao Planalto e saiu afirmando ao repórter Edson Beú que acabara de pôr seu cargo "à disposição", numa tentativa de criar um fato político com a conseqüente renúncia coletiva do Ministério. Mas Castelo Branco não teve êxito e sequer confirmou depois se o seu gesto significava, efetivamente, um pedido de demissão ou ainda se, neste caso, ele acabou sendo aceito por Sarney.

O presidente da República, que no primeiro momento se mostrara irritado com a atitude do líder do PFL, Marco Maciel, em anunciar um rompimento formal da aliança com o PMDB, tenta capitalizar os efeitos desse gesto político em seu benefício: a crise, teoricamente, criaria um espaço para que pudesse afastar a ala esquerda do PMDB, unindo os que lhe são fiéis nesse partido com aqueles que o apóiam no PFL, no PTB e no PDS. E, assim, deixaria o deputado Ulysses Guimarães, líder do PMDB, sem a condição de interlocutor majoritário do governo.

Mas ontem o Planalto começou a perceber grandes dificuldades no horizonte da Constituinte se houver uma marginalização da cúpula do PMDB. E de imediato, conforme relata a editora Cecília Pires, de Brasília, começou a articular um novo pacto, desta

vez escrito, entre a Presidência — através de sua liderança no Congresso — e a cúpula do PMDB para redirecionar a ação política do governo e selar um compromisso de votações na Constituinte. "O documento não está pronto, mas alguns pontos já estão definidos", comentou o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo.

O presidente encerrou o dia com um sorriso nos lábios ao receber uma pesquisa de opinião pública, feita em São Paulo, no Rio, em Belo Horizonte e no Recife, no final da semana, indicando amplo respaldo (75%) à sua decisão de montar uma nova base política, a partir da reformulação do Ministério. Especialmente porque, num dos itens dessa pesquisa, havia expressa maioria recomendando-lhe uma aliança com o principal adversário do seu governo, o Partido dos Trabalhadores.

(Ver páginas 6 e 7)